Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	14
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	40
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	52
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1. INFORMAR:

A. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: https://ri.gerdau.com/ptb/8530/Poltica%20de%20Gesto%20de%20Riscos.pdf. Este documento foi revisado e aprovado em 05 de dezembro de 2018.

B. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A empresa, através dos seus processos e instrumentos existentes, atua sobre os riscos de negócio, de *compliance* e operacionais. Os riscos de negócio são aqueles associados à estratégia da companhia, ao ambiente político e social, mercado, competidores, fusões e aquisições e disponibilidade de matérias-primas. Os riscos de *compliance* são aqueles relacionados ao cumprimento das regras a que a empresa e seus colaboradores estão submetidos. Os operacionais se relacionam à inadequação ou falha nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia. Com detalhamento, os riscos identificados pela Companhia são descritos no item 4.1.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A empresa possui instrumentos estruturados que garantem um adequado nível de segurança sobre a proteção aos seus riscos identificados. Os principais riscos são monitorados periodicamente, bem como a efetividade dos seus controles na mitigação e a correta execução de seus planos de ação. Os principais instrumentos utilizados com este objetivo são:

- Existência de um ambiente de controles formal, regularmente avaliado e tratado com melhorias. Suportado nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no COSO - Internal Control – Integrated Framework (2013);
- Adoção de mecanismos para detectar problemas ou receber informações sobre os casos de conduta ética, através do Canal de Denúncias;
- Aplicação de treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e conhecimento sobre as políticas internas.
- Definição de planejamento estratégico para todas as operações do negócio e processos corporativos, com metas claras e traduzidas em indicadores e parâmetros, para fins de acompanhamento da evolução e possíveis riscos;
- Reuniões periódicas do Comitê de Riscos com objetivo de avaliar os riscos existentes, conhecer os assuntos críticos das áreas de negócio e definir estratégias de tratamento:
- Revisão sistemática e independente de Auditoria Interna e Controles Internos sobre o ambiente da Companhia;
- Revisão periódica dos próprios gestores (*Control Self-Assessment*) sobre os controles internos de sua responsabilidade;
- Programa de Integridade.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A empresa estruturou seus Comitês de forma a garantir uma rede de proteção e monitoramento sobre os riscos e processos relevantes. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de (a) Governança, (b) Estratégia e Sustentabilidade, (c) Remuneração e (d) Finanças. E para dar suporte à Diretoria no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, de Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Apesar de todos os Comitês criados terem um papel importante na identificação e tratamento dos riscos da empresa, é no Comitê de Riscos que ocorre o gerenciamento destes. É composto por membros da Diretoria e, facultativamente, por colaboradores ou assessores externos, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência, e se reúne trimestralmente. As áreas de negócio são responsáveis por apresentar ao Comitê os riscos identificados, temas críticos, ações de melhoria e monitoramento. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado ao Conselho de Administração.

A Auditoria desempenha também o trabalho de suporte na gestão de riscos, através do plano de auditoria. Para a realização do plano, os principais riscos por processo são avaliados e classificados de acordo com a sua probabilidade e impacto. As avaliações são baseadas em entrevistas, além de uma revisão anual suportada pelos resultados das auditorias, históricos de problemas, inputs de gestores dos processos e resultados do processo de certificação SOX. A área de Auditoria Interna se reporta ao CEO, Comitê de Riscos e Conselho Fiscal. A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

A Área de Compliance auxilia na gestão dos riscos através de seu Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração, que conta com uma série de atividades e monitoramentos que visam mitigar, prevenir e inibir os riscos de compliance.

Além disso, as áreas corporativas realizam um monitoramento constante de indicadores, sendo alguns deles definidos pela Administração, resultados e materialização de riscos.

C. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da política adotada.

A verificação da política adotada ocorre através dos Comitês existentes na Companhia, os quais detém o papel de acompanhamento da gestão de riscos, uma vez que monitoram as ações das áreas e dos assuntos críticos para o negócio e operação. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de (a) Governança, (b) Estratégia e Sustentabilidade, (c) Remuneração e (d) Finanças. E para dar suporte à Diretoria no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, de Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

A Auditoria utiliza-se do seu processo de plano anual para definir os riscos relevantes e processos a serem revisados. E a partir disto, avalia se as áreas de negócio estão aderentes à legislação, políticas da empresa e melhores práticas. Além disso, realiza *follow-ups* periódicos dos planos de ação, com o objetivo de verificar se as ações corretivas estão sendo implantadas e os riscos mitigados conforme acordado.

A área de Controles Internos permanentemente avalia o ambiente de controles com vistas à Certificação SOX, critica o desenho dos controles, aderência às políticas e procedimentos da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2. EM RELAÇÃO AOS RISCOS DE MERCADO INDICADOS NO ITEM 4.2., INFORMAR:

A. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: https://ri.gerdau.com/ptb/8530/Poltica%20de%20Gesto%20de%20Riscos.pdf. Este documento foi revisado e aprovado em 05 de dezembro de 2018.

- B. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:
 - i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

Risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio e risco de commodities.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (Hedge):

A Companhia entende que está exposta a diferentes riscos de mercado, como flutuações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities. A fim de cumprir sua estratégia de crescimento com rentabilidade, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar tais riscos de mercado.

O objetivo da Companhia quando contrata operações de derivativos está sempre relacionado à mitigação dos riscos de mercado conforme apresentados em nossas políticas e diretrizes. Todas as operações vigentes de derivativos são mensalmente revisadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos financeiros. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa sem a devida proteção cambial.

iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (Hedge):

Para o *hedge* das exposições cambial e de taxa de juros são utilizados instrumentos financeiros derivativos, como: contratos a termo de moeda (NDFs), contratos de opções de moeda, swaps de moeda e swaps de taxa de juros. O hedge de commodities, quando feito, ocorre através de hedges físicos onde a compra do insumo é feita por meio de preços fixos para entregas futuras.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operação de swap Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A Companhia avalia a sua exposição cambial calculando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que seus recebíveis originados das exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moedas estrangeiras e seus investimentos em companhias no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moedas estrangeiras. No entanto, o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação. Para monitorar sua exposição a esse risco, a Companhia utiliza um índice que relaciona a quantidade de ativos e passivos em dólares norte-americanos. O índice é obtido dividindo-se o total de ativos pelo total de passivos em dólares norte-americanos. É aconselhável que este índice fique entre 0,80 e 1,20.

A Companhia avalia a sua exposição a juros comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e monitorando os movimentos das taxas de juros, como LIBOR e CDI. Para gerenciar esse risco, a Companhia mensura a proporção de seus passivos indexados a juros fixos e de seus passivos indexados a juros flutuantes. É aconselhável que esta proporção seja de no máximo 70%/30% (juros fixos/ flutuantes).

A Companhia gerencia o risco de crédito adotando como prática a análise detalhada da situação patrimonial de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. O nível de alavancagem financeira é definido pelo indicador Divida Liquida sobre EBITDA. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). Outro indicador chave adicionado recentemente é o valor de Dívida Bruta máxima que atua com o objetivo de limitar o endividamento em diferentes momentos do ciclo financeiro. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Divida Liquida/EBITDA entre 1,0x a 1,5x Limite nominal da Divida Bruta R\$ 12 Bilhões Prazo Médio > 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

Em relação ao risco de commodities, a Companhia monitora constantemente as variações de preços nos mercados nacional e internacional.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

Não se aplica.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A empresa possui um Comitê de Riscos, que é composto por membros da Diretoria e executivos da Gerdau. Este Comitê de Riscos, que assessora o Comitê Executivo Gerdau, se reúne trimestralmente. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado em reunião do Conselho de Administração. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados pela área financeira e, periodicamente, reportados ao Comitê de Riscos.

Adicionalmente, todas as operações vigentes de derivativos são mensalmente revisadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia, que valida o valor justo de tais instrumentos financeiros.

C. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Todas as novas operações de derivativos devem ser apresentadas ao Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, contemplando todos os motivos pela qual a operação está sendo proposta. Uma vez que a operação é efetivada, são realizados testes e controles sistemáticos, como marcação a mercado, análise de sensibilidade, testes retrospectivo e prospectivo (hedge accounting).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR:

A. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2019, suportando-se nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no "Internal Control – Integrated Framework (2013)", emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO define controle interno como um processo que é desenhado para prover razoável nível de segurança no atendimento dos seguintes objetivos:

- Efetividade e eficiência nas operações;
- Confiabilidade nos relatórios financeiros; e,
- Atendimento às leis e regulamentos aplicáveis.

Além do COSO, a Administração define o *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) como metodologia para o mapeamento do ambiente de controles internos do processo de Tecnologia da Informação (TI). Recomendado pelo ISACA (*Information Systems Audit and Control Association*), o COBIT é orientado ao negócio, independente das plataformas de TI utilizadas, pois fornece informações detalhadas para gerenciar o processo baseado em seus objetivos de negócios.

Baseado em suas avaliações, a Administração conclui que a concepção, a operação dos controles e os procedimentos de divulgação de informações são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

Não houve mudanças significativas nos controles internos da Companhia ou outros fatores que poderiam afetar significativamente esses controles após a data de sua avaliação mais recente, exceto a implementação de controles associados à adoção da IFRS 16. Em 2019, a Companhia estabeleceu novos controles internos para atender aos requisitos contábeis do IFRS 16 - Arrendamento Mercantil. Os controles internos da Companhia foram projetados para atender materialmente os requisitos de relatórios financeiros, incluindo a identificação de arrendamentos, mensuração, reconhecimento e divulgações adequadas, através de procedimentos formais, novos sistemas e aprovações.

B. As estruturas organizacionais envolvidas;

Todos os Processos Organizacionais possuem responsabilidades, perante a Companhia, sobre seus controles internos. São os responsáveis pela operação dos controles, monitoramento, por promover melhorias e disseminar a cultura de controle. Além disso, replicam os resultados obtidos através da sua estrutura de reporte e comitês multifuncionais.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia. O processo de revisões, avaliações, testes e divulgação de resultados são reportados aos gestores dos processos envolvidos e demais áreas relacionadas. O processo de Auditoria Interna é acompanhado pelo Comitê de Riscos e pelo Conselho Fiscal.

O Comitê de Riscos tem como atribuição principal acompanhar temas relevantes, sendo eles: status das avaliações sobre os controles decorrentes da Lei Sarbanes Oxley, adequação dos controles e riscos associados a cada macroprocesso e/ou operação, incluindo, mas não se limitando, a riscos ambientais, de segurança empresarial, de segurança da informação, trabalhos da auditoria sobre riscos operacionais, estatísticas sobre os incidentes de ética e temas relevantes de *Compliance* e contingências jurídicas. O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria e, facultativamente, por colaboradores ou assessores externos, e tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Conselho Fiscal é composto por membros eleitos pelos acionistas, que possuem independência em relação ao Conselho de Administração, Diretoria e aos Auditores Independentes. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da Administração, rever demonstrações financeiras e reportar suas impressões para os acionistas. A composição deste Conselho está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

 c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Os Processos Organizacionais são o primeiro nível de supervisão sobre os controles internos da Companhia. Assim, é de responsabilidade dos Gestores e Diretores dos processos garantir os objetivos de controle estabelecidos e realizar a prestação de contas, a qual ocorre através de indicadores, divulgações, apresentação de resultados aos Comitês e outras estruturas Corporativas. Periodicamente são realizadas autoavaliações formais, pelos próprios gestores, e reportadas para a Auditoria Interna.

Adicionalmente, a Auditoria Interna realiza avaliações em seus controles internos de processo e de entidade de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores dos processos de negócio, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das melhorias e deficiências identificadas. Estes resultados também são apresentados pelo Gerente Geral Corporativo da Auditoria Interna, trimestralmente, ao Comitê de Riscos e ao Conselho Fiscal, através de reuniões presenciais registradas em ata.

O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria, com a participação de especialistas internos, entre eles, o Diretor de Auditoria Interna e Gerente Geral de *Compliance*. Adicionalmente, outros executivos fazem parte de uma agenda móvel e são chamados de acordo com a necessidade e os assuntos tratados.

A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

D. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação realizado pelo auditor independente, não houve identificação de deficiências significativas à Companhia, apenas sugestões de aprimoramento dos controles internos, as quais estão sendo avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

E. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração entende que as deficiências de controle identificadas pelo auditor independente, não são significativas e não demonstram impacto no sistema contábil e em controles internos. Entretanto, para todas elas, serão definidas as ações necessárias dos Gestores dos Processos e o acompanhamento sobre os planos de melhoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- 5.4. EM RELAÇÃO AOS MECANISCOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE ADOTADOS PELO EMISSOR PARA PREVINIR, DETECTAR E SANAR DESVIOS, FRAUDES, IRREGULARIDADES E ATOS ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, INFORMAR:
- A. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Adicionalmente ao ambiente de controles citado no item 5.3, a Gerdau possui implementado um Programa de Integridade que está segmentado em 7 pilares, entre eles políticas e diretrizes conforme práticas de compliance, visando orientar, disseminar cultura ética, monitorar e responder de forma adequada aos riscos de compliance que se apresentem.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os pilares do Programa de Integridade da Gerdau são:

- Tone of the Top, demonstrando o comprometimento da alta direção com o programa de compliance e com a cultura ética;
- Políticas e Procedimentos, bianualmente revisadas, aplicáveis a todos os colaboradores globalmente, incluindo a alta administração. Entre as Políticas de integridade destacam-se o Código de Ética, a Política de Compliance, a Diretriz para relacionamento com Agentes Públicos, Diretriz sobre brindes e cortesias, Diretriz para patrocínios e doações, Diretriz para contratações de terceiros, etc.
- Canal da Ética, é o canal de denúncias da Gerdau, onde a empresa garante o anonimato e a não retaliação do denunciante, assim como a confidencialidade. Todas as denúncias são investigadas.
- Disseminação da Cultura Ética e de Compliance, onde se realizam campanhas de comunicação internas, capacitação de equipes, realização de treinamentos internos obrigatórios como o do Código de Ética bianualmente, Anticorrupção, Práticas Concorrenciais, entre outros.
- Monitoramentos, onde a Área de Compliance revisa registros que possam trazer algum atributo que represente risco de Compliance, como pedidos de compras, pagamentos e novos cadastros de clientes e fornecedores.
- Risk Assessment, a partir da matriz de riscos de Compliance, há a avaliação dos riscos, garantindo que estão devidamente endereçados.
- Due diligences e Avaliações Reputacionais, onde há uma rotina de avaliação de parceiros de negócios, apoiando o negócio na tomada de decisão de uma forma preventiva, alertando sobre exposição à riscos de Compliance
- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance é a responsável, embasada nas melhores práticas, pelo Programa de Integridade da empresa. Atua de forma independente, se reportando diretamente ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração é o responsável pela validação do Programa de Integridade.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Gerdau possui um Código de Ética aplicável para todos os seus colaboradores, incluindo todos os seus diretores, conselheiros fiscais e conselheiros de administração.

Adicionalmente, a Gerdau possui um Código de Ética de Terceiros, voltado para todos os seus parceiros de negócios.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função, quando entram na empresa, e com reforço bianual, realizam o treinamento sobre o Código de Ética.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Gerdau possui uma política formal específica sobre o tema – Diretriz de Sanções Disciplinares. A Política de *compliance*, divulgada interna e externamente, também explicita que a Gerdau repudia qualquer prática antiética ou de desrespeito à legislação, seja por parte de seus colaboradores ou terceiros. Qualquer desconformidade ética é considerada uma infração grave, podendo resultar na aplicação de sanções disciplinares, incluindo a rescisão de contrato.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da Gerdau é aprovado pelo Conselho de Administração. O Código de Ética está acessível a colaboradores e terceiros, encontra-se disponível na página da Gerdau na internet (https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/canal-da-etica), assim como, na rede interna da empresa (intranet).

- B. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- O Canal da Ética é interno, com gestão da Área de Compliance da Gerdau.
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- O Canal da Ética está disponível tanto para colaboradores, como para terceiros externos à empresa. Pode-se realizar uma denúncia através do site da Gerdau (https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/canal-da-etica), através da intranet, por telefone, por e-mail, ou por carta direta ao Conselho Fiscal.
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Gerdau garante o anonimato e a não retaliação do denunciante, assim como a confidencialidade da denúncia. O sistema está preparado para proteção do anonimato.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Área de Compliance da Gerdau avalia o tipo de denúncia e direciona a investigação para as áreas capacitadas conforme a natureza do tema, como auditoria interna, segurança empresarial, área de Pessoas, etc.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

C. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

São realizadas due diligences nestes casos.

D. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

PÁGINA: 10 de 55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA, COMENTANDO, AINDA, EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.1

A Companhia tem como prática monitorar sistematicamente cada um dos riscos relacionados ao seu negócio, mencionados no item 4.1, e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. Não obstante, a Companhia busca controlar e reduzir alguns dos fatores de risco apresentados no item 4.1 do Formulário de Referência, adotando as seguintes medidas:

O nível de endividamento da Gerdau pode afetar negativamente sua capacidade de captar recursos adicionais para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia ou na indústria e impedir o cumprimento de suas obrigações nos contratos de dívida.

O grau de alavancagem da Gerdau, em conjunto com a mudança na classificação pelas agências de ratings, pode ter consequências importantes, inclusive:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, dispêndios de capital, desenvolvimento de produtos, requisitos do serviço da dívida, aquisições e outras finalidades gerais e corporativas;
- Limitar a capacidade de declarar dividendos sobre as ações de emissão da Companhia e ADSs;
- Uma parte do fluxo de caixa das operações deve ser alocada ao pagamento de juros sobre dívidas existentes, não ficando disponível para outros fins, incluindo operações, dispêndios de capital e futuras oportunidades de negócio;
- Limitar a capacidade da Companhia de ajustar-se a mudanças nas condições do mercado, colocando-a em desvantagem em relação a seus concorrentes menos endividados;
 - Maior vulnerabilidade durante uma piora das condições econômicas gerais;
- Possíveis ajustes no nível de recursos financeiros disponível para dispêndios de capital; e

Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Em setembro de 2015, a Companhia concluiu o processo de eliminação dos *covenants* financeiros em todos os contratos. Desde de outubro de 2015, apenas operações com o BNDES contemplam os índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato, porém com características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais (para mais informações, ver item 5.B. *Liquidez e Recursos de Capital* - Índices de Endividamento). Em junho de 2019, os contratos com o BNDES foram liquidados antecipadamente, restando apenas uma operação da joint venture Gerdau Summit no valor de R \$ 37,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Numa eventual quebra de indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Gerdau.

A Companhia possui minas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, Brasil. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, a Companhia investiu na ampliação da capacidade produtiva destas minas, sendo que ao final do ano de 2012 atingiu o ritmo de 100% da necessidade de minério de ferro da usina Ouro Branco.

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Gerdau, de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Gerdau.

A Companhia pode sofrer perdas decorrentes da inadimplência de nossos clientes. A Companhia possui uma ampla base de clientes ativos e, em caso de inadimplência permanente de um grupo de clientes ou mais, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Além disso, existe a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro, o que também poderia causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Variações cambiais entre o dólar americano e as diversas moedas dos países onde a Gerdau opera podem aumentar o custo de manutenção da dívida da Companhia em moeda estrangeira e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, moeda em que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, e as diversas moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares norte-americanos. Portanto, a variação das taxas de câmbio entre o real e o dólar norte-americano poderia afetar o resultado de suas operações. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil, em relação à taxa de câmbio da respectiva moeda local e o real.

A receita e as margens de exportação também são afetadas pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e de outras moedas locais, em relação ao real, de países onde a Companhia produz. Os custos de produção da Companhia são denominados em moeda local, mas as vendas de exportação são expressas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza frente ao dólar, as receitas de exportações se reduzem quando convertidas para a moeda brasileira.

Em relação ao dólar norte-americano, o real desvalorizou 1,5% em 2017, 17,1% em 2018 e 4.0% em 2019.

A dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, totalizava R\$ 13 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando 80,8% de sua dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures). Uma desvalorização significativa do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras expressas em moeda estrangeira, principalmente porque uma parte significativa de sua receita líquida é expressa em reais. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.2

Com relação aos riscos mencionados no item 4.2, atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. A

PÁGINA: 12 de 55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Companhia espera manter a exposição aos riscos de mercado como câmbio e taxa de juros, dentro dos parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos, parâmetros estes já mencionados no item 5.2, podendo utilizar, para tanto, os instrumentos de hedge citados no mesmo item.

- 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 Outras inf. relev. Gerenciamento de riscos e
 - 5.6. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há informações relevantes adicionais.

PÁGINA: 14 de 55

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

No exercício de 2019, por meio da redução de custos e despesas, liberação de capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 4,4 bilhões. As vendas alcançaram 12,1 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 39,6 bilhões, uma redução quando comparado a 2018, principalmente pela desconsolidação de ativos, decorrente dos desinvestimentos da Companhia. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustadas consolidados atingiram R\$ 5,7 bilhões e 14,4%, respectivamente, no ano 2019. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2019 atingiu R\$1,2 bilhão, redução em relação à 2018, principalmente, em função do menor EBITDA ajustado. No exercício de 2019 a Gerdau S.A. destinou R\$ 356 milhões (R\$ 0,21 por ação) para pagamento de dividendos.

No exercício de 2018, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 2,6 bilhões. As vendas alcançaram 14,5 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 46,1 bilhões, em função do melhor desempenho da ON América do Norte. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustadas consolidados atingiram R\$ 6,7 bilhões e 14,4%, respectivamente, no ano 2018, superiores aos valores de 2017 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e América do Norte. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2018 atingiu R\$2,5 bilhões, aumento em relação a 2017, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e da receita líquida por tonelada vendida ter superado os aumentos no custo por tonelada vendida. No exercício de 2018 a Gerdau S.A. destinou R\$ 765 milhões (R\$ 0,45 por ação) para pagamento de dividendos, sendo mais de 5 vezes o montante distribuído em todo o ano de 2017.

No exercício de 2017, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 1,5 bilhão. As vendas alcançaram 14,9 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 36,9 bilhões, levemente inferior à obtida em 2016. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consolidados atingiram R\$ 4,3 bilhões e 11,7%, respectivamente, no ano 2017, superiores aos valores de 2016 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e Aços Especiais. Além disso, houve uma redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 584 milhões), reflexo dos esforços de racionalização em todas as operações de negócio ao longo do ano de 2017. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2017 atingiu R\$ 522 milhões, aumento em relação a 2016, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e das menores despesas financeiras. No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R\$ 136,5 milhões (R\$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aco. Em agosto de 2017, foi comunicado ao mercado um importante passo na evolução da Governança Corporativa da Gerdau a partir de 1º de janeiro de 2018, onde os membros da família Gerdau Johannpeter que integravam a Direção executiva - André Bier Gerdau Johannpeter, Diretor-Presidente (CEO) e os Vice-Presidentes Executivos Claudio Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter – passaram a se dedicar exclusivamente aos Conselhos de Administração, órgãos dos quais já faziam parte. Para liderar essa nova etapa executiva a partir janeiro de 2018, o Conselho de Administração escolheu Gustavo Werneck da Cunha, o qual

PÁGINA: 15 de 55

atuava como Diretor Executivo da Operação Brasil, como novo Diretor-Presidente (CEO) da Gerdau.

O indicador Dívida líquida (R\$) / EBITDA ajustado (R\$) foi mensurado conforme os seguintes termos:

- Dívida Líquida = Dívida Bruta menos Juros sobre a Dívida, Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.
- EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses.

B. Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta totalizava R\$ 16.050 milhões, dos quais 9,7% era de curto prazo (R\$ 1.562 milhões) e 90,3% de longo prazo (R\$ 14.488 milhões). A dívida bruta era composta por 18,4% em reais, 81,4% em dólar norte-americano e 0,4% em outras moedas. A redução da dívida líquida em R\$ 1,8 bilhão de dezembro de 2018 para dezembro de 2019 ocorreu, principalmente, em virtude da redução de capital de giro no final de 2019. A Companhia executou, em novembro de 2019, a emissão de bonds no valor total de US\$500 milhões, com vencimento em 2030 e juros remuneratórios de 4,250% ao ano, tendo sido precificados a 98,973% do seu valor de face. Em 26 de abril de 2019, a Gerdau S.A. comunicou ao mercado sobre a 16ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, no valor de R\$1,4 bilhão, com o montante das debêntures da primeira série de R\$600 milhões ("Debêntures da 1ª Série") e o montante das debêntures da segunda série de R\$800 milhões ("Debêntures da 2ª Série"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2019, era de 5,5%, sendo que 4,7% para o montante denominado em reais, de 5,6% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,1% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7,4 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2019 era de 37%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta totalizava R\$ 14.907 milhões, dos quais 12,2% era de curto prazo (R\$ 1.825 milhões) e 87,8% de longo prazo (R\$ 13.082 milhões). A dívida bruta era composta por 26,2% em reais, 73,3% em dólar norte-americano e 0,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 1,6 bilhão de dezembro de 2017 para dezembro de 2018 ocorreu devido ao programa de desinvestimentos, com foco na desalavancagem financeira e otimização do portfólio de ativos da Companhia. Além disso, A Companhia executou no 4T18 a 15ª emissão de debêntures da Gerdau S.A. no valor R\$ 1,5 bilhão e uma recompra de US\$ 1 bilhão de bonds (distribuída entre os bonds com vencimento em 2020, 2021, 2023 e 2024), com o intuito de reduzir a dívida bruta, de reestruturar e equilibrar o cronograma de vencimento da dívida da Companhia, além de reduzir a exposição da mesma em dólar norte americano. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2018, era de 6,7%, sendo que 6,8% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 10,7% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2018 era de 36%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

O indicador de dívida bruta, em relação à capitalização total da Companhia para os exercícios de 2019, 2018 e 2017 foi de 37%, 36% e 41% respectivamente, o que demonstra a sólida estrutura de capital da empresa.

O padrão de financiamento das operações da Companhia obedece às seguintes premissas:

- a) O capital de giro deve ser suportado por financiamentos de curto prazo enquanto que os investimentos em ativo imobilizado (manutenção e melhoria) devem ser suportados por financiamentos de longo prazo ou capital próprio;
- b) As Operações de Negócio devem, preferencialmente, captar financiamentos na mesma moeda em que suas receitas são geradas;
- c) As Operações de Negócio podem acessar recursos captados de forma global pela Companhia, com o objetivo de reduzir o custo de financiamentos.
- d) Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia que servia de suporte para o financiamento das operações era de R\$ 16,1 bilhões de capital de terceiros e R\$ 27,2 bilhões de capital próprio.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

No quadro abaixo estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia: o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado/ Despesa Financeira Líquida), e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado).

Indicadores	2019	2018	2017
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	1,67x	1,71x	2,98x
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	6,18x	6,00x	3,49x

Considerando o perfil do endividamento e a posição de liquidez da Companhia, concluise que esta tem plena capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos para os próximos anos.

Para maiores detalhes sobre o perfil da dívida vide alínea (F) deste item 10.1.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas:

Além do caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Gerdau S.A., como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e agências multilaterais, bem como oriundas do mercado de capitais brasileiro e externo.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (F) deste item 10.1.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Linha de Crédito Global, uma linha de crédito revolver no valor de US\$ 800 milhões que objetiva prover liquidez às subsidiarias da Companhia ao redor do mundo e conta com a participação de 8 bancos de relacionamento.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A dívida bruta totalizava R\$ 16,1 bilhões em 31 de dezembro de 2019, dos quais 9,7% eram de curto prazo e 90,3% de longo prazo. No quadro resumo abaixo estão os valores da dívida bruta de curto e longo prazo.

PÁGINA: 17 de 55

Composição da dívida	2019	2018	2017
(R\$ milhões)	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Circulante	1.562	1.825	2.004
Não circulante	14.488	13.082	14.457
Dívida Bruta	16.050	14.907	16.461

A aumento da dívida bruta de 31/12/2018 para 31/12/2019 ocorreu, principalmente, em função da variação cambial do período e emissão de títulos de renda fixa no mercado norte-americano.

No quadro resumo abaixo estão os percentuais das dívidas em reais, moeda estrangeira contratadas pelas empresas do Brasil e em diferentes moedas contratadas pelas empresas subsidiárias no exterior.

	2019	2018	2017
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Dívida em R\$	18,4%	17,7%	16,5%
Dívida em US\$	81,2%	81,7%	81,0%
Dívida em diferentes moedas	0,4%	0,6%	2,5%

Ao longo de 2019, a Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas e Gerdau Aços Longos liquidaram os empréstimos com o BNDES.

Empréstimos e Financiamentos:

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos	2019	2018
	anuais (*)	R\$ milhões	R\$ milhões
Capital de giro	4,91%	107	2.424
Financiamento de imobilizado e outros	8,89%	843	1.205
Ten/Thirthy Years Bonds	5,56%	12.188	9.738
Total dos financiamentos		13.139	13.368
Circulante	•	1.544	1.822
Não circulante		11.595	11.546
Valor do principal dos financiamentos		12.959	13.178
Valor dos juros dos financiamentos	_	180	189
Total dos financiamentos	-	13.139	13.368
(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Con	solidado em	31/12/2019	

Atualmente, os principais empréstimos e financiamentos denominados em reais são corrigidos a um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

Moeda	2019	2018	2017
Ivideda	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Real (BRL)	111	2.362	2.710
Dólar Norte-Americano (USD)	12.961	10.924	13.334
Outras moedas	67	82	418
Total	13.139	13.368	16.462

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Cronograma de Pagamento							
Exercício	2019	2018	2017				
Exercicio	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões				
2020	-	2.254	3.158				
2021	1.221	1.199	1.730				
2022	105	121	148				
2023	1.244	1.209	1.297				
2024	1.531	2.427	3.414				
2025 em diante	7.493	4.336	3.837				
Total	11.595	11.546	13.584				

Debêntures:

	Assembleia	Quantidade	Em carteira		Encargos	2019	2018	2017	2016
Emissão	Geral	Emitida	31/12/2019	Vencimento	anuais	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
3ª - A e B	27/05/1982	-	-	01/06/2021	CDI		19	21	44
7ª	14/07/1982	-	_	01/07/2022	CDI		1	1	36
8ª	11/11/1982	-	-	02/05/2023	CDI		8	15	57
9ª	10/06/1983	-	_	01/09/2024	CDI		2	5	11
11ª - A e B	29/06/1990	-	-	01/06/2020	CDI		6	6	17
14ª	26/08/2014	20.000	20.000	30/08/2024	CDI		43		
15ª	09/11/2018	1.500.000	-	21/11/2022	CDI	1.504	1.503		
16ª - A	25/04/2019	600.000	-	06/05/2023	CDI	603			
16ª - B	25/04/2019	800.000	_	06/05/2026	CDI	804			
Total						2.911	1.582	48	165
Parcela do Circulante						18	3	-	- 1
								40	

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2019	2018	2017
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
2020	-	6	6
2021	-	19	21
2022	1.497	1.501	1
2023	599	8	15
2024	-	2	5
2025 em diante	798	-	-
Total	2.893	1.536	48

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

UKEF — **UK** Export Finance

Em junho de 2011 a subsidiária Gerdau Açominas S.A. contratou financiamento com seguro de crédito da UK Export Finance, agência de crédito à exportação do Reino Unido, e

participação do Deutsche Bank, HSBC, Citibank e BNP Paribas. Em 31/12/2019, o saldo devedor desta operação era de US\$ 76,6 milhões (R\$ 308,6 milhões).

Bonds

A Companhia, através de suas subsidiárias Gerdau Holdings Inc., GTL Trade Finance, Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, emitiu bonds com vencimento em 2020, 2021, 2023, 2024, 2027, 2030 e 2044. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e o saldo de principal nestas operações era de R\$ 12,2 bilhões em 31/12/2019.

Debêntures

A Companhia concluiu em 2018 a emissão de debêntures com vencimento em 4 anos e em 2019 a emissão de debêntures com vencimento em 4 e 7 anos. Em 31/12/2019, o saldo devedor desta operação era de R\$ 2,9 bilhão.

NCEs

A Companhia emitiu Notas de Crédito à Exportação com vencimento em 2019 e 2020. Em 31/12/2019, o saldo devedor desta operação era de R\$ 50 milhões.

4131 Citi

Em novembro de 2019, a operação de financiamento 4131 com o Citibank foi liquidada.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Estas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15 letra "e" das Demonstrações Financeiras de 2019.

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos contratados pela Gerdau S.A. não são contratualmente ou legalmente subordinados. As garantias prestadas pela Companhia para determinadas obrigações financeiras de suas subsidiárias podem, em alguns casos, ser estruturalmente subordinadas às obrigações financeiras que possuem garantias reais. Este seria o caso, por exemplo, de obrigações financeiras de subsidiárias junto ao BNDES sob a modalidade de FINAME e o caso de contratos de Pré-Pagamentos de Exportação, os quais são segurados pelo fluxo de recebíveis de exportação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento com o BNDES - descritos no item 10.1.F deste Formulário de Referência – e à alienação de ativos, conforme detalhamento a seguir.

A Gerdau S.A. e suas controladas possuem uma política definida para negociação de contratos de empréstimos e financiamento, na qual, cláusulas restritivas são tratadas com alta relevância.

Em grande parte dos contratos de empréstimo e financiamento da Gerdau S.A. e suas controladas, é permitida a mudança de controle do tomador, no entanto, os credores têm o direito de, se não satisfeitos com o novo controlador de acordo com as condições previstas em tais contratos, solicitar o pagamento antecipado da dívida.

A Gerdau S.A. e suas controladas podem alienar ativos em garantia em contratos de financiamento desde que respeitem alguns critérios estipulados em contrato, tais como, substituição de bem alienado por outro bem desde que não aumente o valor das dívidas com garantia real; alienação de ativo para dívida tomada especificamente para financiá-lo; alienações existentes em empresas após a compra ou fusão pela Gerdau S.A. e suas controladas; alienações impostas por lei; alienações ou depósitos em garantia relacionados a exigências trabalhistas; alienações de ativos garantindo pagamentos de impostos ou taxas governamentais que estejam em discussão; alienação de ativos em financiamentos com bancos de desenvolvimento brasileiros e/ou estrangeiros, agência governamentais, agências de crédito à exportação e bancos oficiais de fomento à exportação/importação; alienação de estoques e recebíveis em estruturas de financiamentos de importação ou exportação e alienações segurando dívidas que não excedam 15% do ativo tangível líquido consolidado da Companhia.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Os contratos de linhas de crédito com o BNDES foram liquidados em 2019.

Em outubro de 2019, a Companhia concluiu a estruturação de sua Linha de Crédito Global no montante de US\$ 800 milhões (equivalente a R\$ 3.224 milhões). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor desta operação era de US\$ 60 milhões (R\$ 242 milhões).

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial - Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL								
(Valores expressos em milhares de reais)					Consolidado			
	A 31/12/2019	nálise Vertical 2019	31/12/2018	Análise Vertical 2018	31/12/2017	Análise Vertical 2017	Análise Horizontal 2019x2018	Análise Horizontal 2018x2017
	31/12/2019	2019	31/12/2018	2018	31/12/2017	2017	2019X2018	2018X2017
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	2.641.652	4,9%	2.890.144	5,6%	2.555.338	5,1%	-8,6%	13,1%
Aplicações financeiras								
Títulos para negociação	3.652.949	6,8%	459.470	0,9%	821.518	1,6%	695,0%	-44,1%
Contas a receber de clientes	2.672.370	4,9%	3.201.656	6,2%	2.798.420	5,6%	-16,5%	14,4%
Estoques	7.659.737	14,2%	9.167.689	17,9%	6.701.404	13,3%	-16,4%	36,8%
Créditos tributários	504.302	0,9%	527.428	1,0%	402.429	0,8%	-4,4%	31,1%
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	483.088	0,9%	445.561	0,9%	487.633	1,0%	8,4%	-8,6%
Canhos não realizados cominstrumentos financeiros	2.846	0,0%	30.711	0,1%	-		-90,7%	
Ativo mantido para venda			-		3.745.634	7,4%		-100,0%
Outros ativos circulantes	618.769	1,1%	780.423	1,5%	469.737	0,9%	-20,7%	66,1%
	18.235.713	33,8%	17.503.082	34,1%	17.982.113	35,7%	4,2%	-2,7%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		•						
Créditos tributários	465.549	0,9%	32.065	0,1%	30.841	0,1%	1351,9%	4,0%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	4.071.219	7,5%	3.874.054	7,6%	3.054.393	6,1%	5,1%	26,8%
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-		2.706	0,0%	-		-100,0%	
Partes relacionadas	95.445	0,2%	27.939	0,1%	51.839	0,1%	241,6%	-46,1%
Depósitos judiciais	1.991.715	3,7%	2.135.414	4,2%	2.051.181	4,1%	-6,7%	4,1%
Outros ativos não-circulantes	464.169	0,9%	449.592	0,9%	542.973	1,1%	3,2%	-17,2%
Gastos antecipados com plano de pensão	45.381	0,1%	17.952	0,0%	1.149	0,0%	152,8%	1462,4%
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	-		375.456	0,7%	-		-100,0%	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.812.399	3,4%	1.367.802	2,7%	1.280.299	2,5%	32,5%	6,8%
Ágios	9.469.311	17,5%	9.112.390	17,8%	7.891.142	15,7%	3,9%	15,5%
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	777.314	1,4%	-		-			
Outros intangíveis	673.262	1,2%	836.096	1,6%	972.089	1,9%	-19,5%	-14,0%
Imobilizado	15.901.493	29,4%	15.546.481	30,3%	16.443.742	32,7%	2,3%	-5,5%
	35.767.257	66,2%	33.777.947	65,9%	32.319.648	64,3%	5,9%	4,5%
TOTAL DO ATIVO	54.002.970	100,0%	51.281.029	100,0%	50.301.761	100,0%	5,3%	1,9%

GERDAU S.A.								
BALANÇO PATRIMONIAL								
(Valores expressos em milhares de reais)					Consolidado			
	Ana	álise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical	Análise Horizontal	Análise Horizontal
	31/12/2019	2019	31/12/2018	2018	31/12/2017	2017	2019x2018	2018x2017
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	3.762.768	7.0%	4.335.054	8.5%	3.179.954	6.3%	-13.2%	36.3%
Empréstimos e financiamentos	1.544.211	2,9%	1.822.183	3,6%	2.004.341	4,0%	-15,3%	-9,1%
Debêntures	18.015	0,0%	2.755	0,0%	-		553,9%	
Impostos e contribuições sociais a recolher	432,988	0.8%	351.545	0,7%	284.101	0.6%	23.2%	23.7%
Imposto de renda/contribuição social a recolher	205.092	0.4%	395.682	0.8%	70.242	0.1%	-48.2%	463,3%
Salários a pagar	479.693	0.9%	588.627	1,1%	443.859	0.9%	-18.5%	32,6%
Dividendos a pagar	50.968	0,1%	169.616	0,3%	-		-70,0%	
Arrendamento mercantil a pagar	202.536	0,4%	-		-			
Beneficios a empregados	495	0,0%	157	0,0%	253	0,0%	215,3%	-37,9%
Provisão para passivos ambientais	60.913	0,1%	60.419	0,1%	21.928	0,0%	0,8%	175,5%
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-		5.245	0,0%	-		-100,0%	
Passivo mantido para venda	-		-		1.084.032	2,2%		-100,0%
Outros passivos circulantes	666.858	1,2%	772.970	1,5%	625.410	1,2%	-13,7%	23,6%
	7.424.537	13,7%	8.504.253	16,6%	7.714.120	15,3%	-12,7%	10,2%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	11.594.612	21,5%	11.545.658	22,5%	14.457.315	28,7%	0,4%	-20,1%
Debêntures	2.893.029	5,4%	1.536.118	3,0%	47.928	0,1%	88,3%	3105,1%
Partes relacionadas	-		1.350	0,0%	-		-100,0%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	517.413	1,0%	118.368	0,2%	82.686	0,2%	337,1%	43,2%
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-		-		1.267	0,0%		-100,0%
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	809.299	1,5%	770.305	1,5%	827.883	1,6%	5,1%	-7,0%
Provisão para passivos ambientais	51.395	0,1%	72.228	0,1%	63.263	0,1%	-28,8%	14,2%
Beneficios a empregados	1.469.949	2,7%	1.356.560	2,6%	1.424.611	2,8%	8,4%	-4,8%
Obrigações com FIDC	1.018.501	1,9%	938.526	1,8%	1.135.077	2,3%	8,5%	-17,3%
Arrendamento mercantil a pagar	601.733	1,1%	-		-			
Outros passivos não-circulantes	449.375	0,8%	499.092	1,0%	653.670	1,3%	-10,0%	-23,6%
	19.405.306	35,9%	16.838.205	32,8%	18.693.700	37,2%	15,2%	-9,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	19.249.181	35,6%	19.249.181	37,5%	19.249.181	38,3%		
Ações em tesouraria	(242.542)	-0,4%	(280.426)	-0,5%	(76.085)	-0,2%	-13,5%	268,6%
Reserva de capital	11.597	0,0%	11.597	0,0%	11.597	0,0%		
Reserva de lucros	5.644.706	10,5%	4.806.089	9,4%	3.315.374	6,6%	17,4%	45,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	2.292.759	4,2%	1.944.163	3,8%	1.145.134	2,3%	17,9%	69,8%
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	26.955.701	49,9%	25.730.604	50,2%	23.645.201	47,0%	4,8%	8,8%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	217.426	0,4%	207.967	0,4%	248.740	0,5%	4,5%	-16,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.173.127	50,3%	25.938.571	50,6%	23.893.941	47,5%	4,8%	8,6%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.002.970	100,0%	51.281.029	100,0%	50.301.761	100,0%	5,3%	1,9%

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios, ou que a Companhia julgue ser um ativo ou passivo relevante no contexto de seu patrimônio:

Análise Balanço Patrimonial - 2019 X 2018

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou uma redução de 16,6% de 2018 para 2019, basicamente, em função dos menores volumes vendidos no período.

Contas a receber de Clientes (R\$ milhões)	2019	2018
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.194	1.056
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	117	374
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	1.459	1.930
(-) Provisão para risco de crédito	(98)	(158)
Total	2.672	3.202

Estoques

Os estoques reduziram 16,4% de 2018 para 2019, principalmente, em função das paradas de manutenção nas aciarias elétricas (mini-mills) e pelas maiores exportações no final do ano de 2019.

Estoques 2019 2018 (R\$ milhões) Produtos prontos 3.303 3.986 Produtos em elaboração 1.427 1.689 Matérias-primas 1.611 2.296 Materiais de almoxarifado 974 785 Importações em andamento 384 426 (-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável (39)(14)Total 7.660 9.168

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

O aumento de 26,8% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2017 para 2018 ocorreu, substancialmente, devido à maiores prejuízos fiscais, além do efeito de variação cambial diferida.

Ágios

Comparando os exercícios de 2018 e 2019, verificou-se um aumento de 3,9% na linha de ágios, em função da variação cambial no período.

Ágios (R\$ milhões)	2019	2018
Saldo inicial	9.112	7.891
(+) Variação Cambial	357	1.221
Saldo final	9.469	9.112

Outros intangíveis

O saldo de "outros intangíveis" do exercício de 2019 em relação ao de 2018 apresentou redução de 19,5%, em função, principalmente, de amortizações de relacionamento com clientes, desenvolvimento de software e variação cambial.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2019 e 2018, verificou-se um aumento de 2,3% na linha de imobilizado, basicamente, em função, de aumento do custo imobilizado das imobilizações em andamento.

Imobilizado (R\$ milhões)	2019	2018
Terrenos, prédios e construções	4.399	4.519
Máquinas, equipamentos e instalações	9.190	9.242
Equipamentos eletrônicos de dados	72	66
Imobilizações em andamento	1.516	1.021
Outros	724	698
Total	15.901	15.546

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Fornecedores

O saldo de "fornecedores" do exercício de 2019 em relação ao de 2018 apresentou queda de 13,2%, em função da menor produção, devido aos desinvestimentos já mencionados.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta totalizava R\$ 16.050 milhões, dos quais 9,7% era de curto prazo (R\$ 1.562 milhões) e 90,3% de longo prazo (R\$ 14.488 milhões). A dívida bruta era composta por 18,8% em reais, 80,4% em dólar norte-americano e 0,4% em outras moedas. A redução da dívida líquida em R\$ 1,8 bilhão de dezembro de 2018 para dezembro de 2019 ocorreu, principalmente, em virtude da redução de capital de giro no final de 2019. A Companhia executou, em novembro de 2019, a emissão de bonds no valor total de US\$500 milhões, com vencimento em 2030 e juros remuneratórios de 4,250% ao ano, tendo sido precificados a 98,973% do seu valor de face. Em 26 de abril de 2019, a Gerdau S.A. comunicou ao mercado sobre a 16ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, no valor de R\$1,4 bilhão, com o montante das debêntures da primeira série de R\$600 milhões ("Debêntures da 1ª Série") e o montante das debêntures da segunda série de R\$800 milhões ("Debêntures da 2ª Série"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00.O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2019, era de 5,5%, sendo que 4,7% para o montante denominado em reais, de 5,6% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,1% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7,4 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2019 era de 37%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível no item 10.1 letra i.

Composição da dívida (R\$ milhões)	2019	2018
Circulante	1.562	1.825
Não circulante	14.488	13.082
Dívida Bruta*	16.050	14.907
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.295	3.350
Dívida líquida	9.755	11.557

^{*}Dívida Bruta inclui debêntures

Análise Balanço Patrimonial – 2018 X 2017

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 14,4% de 2017 para 2018, basicamente, em função da variação cambial sobre as contas a receber de clientes de controladas no exterior (17,1% de depreciação da cotação final do real frente ao dólar norteamericano).

Contas a receber de Clientes (R\$ milhões)	2018	2017
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.056	1.265
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	374	139
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	1.930	1.526
(-) Provisão para risco de crédito	(158)	(132)
Total	3.202	2.798

Estoques

Os estoques aumentaram 36,8% de 2017 para 2018, principalmente, em função da recomposição do capital de giro pela maior demanda esperada e efeito da variação cambial.

Estoques	2018	2017
(R\$ milhões)	2010	2017
Produtos prontos	3.986	3.027
Produtos em elaboração	1.689	1.302
Matérias-primas	2.296	1.703
Materiais de almoxarifado	785	298
Importações em andamento	426	375
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(14)	(4)
Total	9.168	6.701

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

O aumento de 26,8% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2017 para 2018 ocorreu, substancialmente, devido ao efeito tributário sobre a variação cambial no exercício de 2018 (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norteamericano de 17,1%).

Ágios

Comparando os exercícios de 2017 e 2018, verificou-se um aumento de 15,5% na linha de ágios, em função da variação cambial no período.

Ágios (R\$ milhões)	2018	2017
Saldo inicial	7.891	9.470
(+) Variação Cambial	1.221	72
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(849)
(-) Ativos mantidos para venda	-	(802)
Saldo final	9.112	7.891

Outros intangíveis

O saldo de "outros intangíveis" do exercício de 2018 em relação ao de 2017 apresentou redução de 14,0%, em função, principalmente, de baixas e amortizações de relacionamento com clientes e desenvolvimento de software.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2018 e 2017, verificou-se uma redução de 5,5% na linha de imobilizado, basicamente, em função da redução do custo imobilizados dos ativos mantidos para venda.

Imobilizado	2018	2017
(R\$ milhões)	2010	2017
Terrenos, prédios e construções	4.519	5.171
Máquinas, equipamentos e instalações	9.242	9.440
Equipamentos eletrônicos de dados	66	89
Imobilizações em andamento	1.021	951
Outros	698	793
Total	15.546	16.444

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Fornecedores

O saldo de "fornecedores" do exercício de 2018 em relação ao de 2017 apresentou aumento de 29,5%, em função dos maiores custos com matérias primas além dos esforços para aumento dos prazos de pagamento.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R\$ 14.907 milhões em 31 de dezembro de 2018, dos quais 12,2% da dívida bruta era de curto prazo e 87,8% de longo prazo. No final do ano de 2018, a dívida bruta era composta por 26,2% em reais, 73,3% em dólar norte-americano e 0,5% em outras moedas, o que demonstra a estratégia da Companhia de redução da exposição em dólar. A redução da dívida bruta em R\$ 1,6 bilhão de dezembro de 2017 para dezembro de 2018 ocorreu, devido ao programa de desinvestimentos, com foco na desalavancagem financeira da Companhia. Além disso, fizemos a emissão da 15ª debênture da Gerdau S.A. no valor R\$ 1,5 bilhão e uma recompra de US\$ 1 bi de bonds (2020, 2021, 2023 e 2024), com o intuito de reestruturar e equilibrar o cronograma de vencimento da dívida da Companhia, além de reduzir a exposição da mesma em dólar norte americano. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível no item 10.1 letra i.

Composição da dívida (R\$ milhões)	2018	2017
Circulante	1.825	2.004
Não circulante	13.082	14.505
Dívida Bruta*	14.907	16.509
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.350	3.377
Dívida líquida	11.557	13.132

^{*}Dívida Bruta inclui debêntures

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 25.939 milhões em dezembro de 2018, comparado com R\$ 23.894 milhões no final de 2017, o que representa um aumento de 8,6%. Este aumento referese, basicamente, ao melhor lucro líquido no exercício de 2018.

<u>Demonstração dos Resultados - Consolidado</u>

GERDAUS.A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Exercícios findos em Análise Análise Análise Análise Análise Horizontal Horizontal Vertical 2017 2019 x 2018 2018 x 2017 2019 2019 2018 2018 2017 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS 39.644.010 100,0% 46.159.478 100,0% 36.917.619 100,0% -14.1% 25.0% -86,7% -11,4% 20,1% Custo das vendas (35.440.726) -89,4% (40.010.100) (33.312.995) -90,2% LUCRO BRUTO 4.203.284 6.149.378 3.604.624 10,6% 13,3% -31,6% 70,6% 9,8% Despesas com vendas (476.339) -1,2% (570.431) -1,2% (524.965) -1,4% -16,5% 8,7% (954.117) (1.082.449) Despesas gerais e administrativas -2.4% -2.3% (1.129.943) -11.9% -4.2% 636.847 235.421 260.618 1,6% 170,5% -9,7% 0,5% Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais Perdas pela não recuperabilidade de ativos (187.647) -0.5% (270.413) -0.6% (168.887) -0.5% -30,6% 60.1% (1.114.807) -3,0% -100,0% Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros (21.044) -0.1% (9.914) 0.0% 112,3% (721.682) Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas (414.507) -2.0% -100,0% -42.6% -100,0% Reversão de passivos contingentes, líquido 929.711 Resultado da equivalência patrimonial (17.050)0,0% 10.141 0,0% -268,1% -129,3% 4.047.226 LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS 3.183.934 1.100.072 8,0% 8,8% 3,0% -21,3% 267,9% Receitas financeiras 204,000 223 213 0.4% 226,615 9,4% (1.469.754) (1.579.341) (1.726.284) Despesas financeiras -3,7% -3,4% -4,7% -6,9% -8,5% Despesas na recompra de Bonds (223 925) -0.5% -100.0% (4.057) 7852,2% (247.555) -0,6% (322.621) 0,0% Variação cambial, líquida -0,7% -23,3% Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido 369.819 -100.0% -439,9% (15.118) 0,0% 32.092 (9.441) 0,0% LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS 1.674.720 2.157.431 (43.276) -22,4% -5085,3% Imposto de renda e contribuição social (313.758) Corrente (240.400) -0.6% (629.209) 100.5% (217.433) -0,5% 18.367 -127,2% 4245,6% 798.160 1.216.887 3,1% LUCRO(PREJUÍZO) LÍOUIDO DO EXERCÍCIO 2.326.382 5,0% (338.667) -0,9% -47.7% -786,9%

Análise Demonstração dos Resultados - 2019 X 2018

Receita Líquida de Vendas

Em 2019, a receita líquida consolidada apresentou queda de 14,1% em relação a 2018, em virtude dos desinvestimentos nas ONs América do Norte e Aços Especiais. O custo das vendas apresentou redução em relação a 2018, porém inferior à queda nos volumes das vendas em virtude do maior custo por tonelada nas ONs Aços Especiais e Brasil.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

Em termos consolidados, na comparação do ano de 2019 com 2018, o lucro bruto e a margem bruta apresentaram redução em virtude do aumento do custo das vendas por tonelada vendida ter sido superior ao aumento da receita líquida por tonelada vendida e pela queda da produção no período. Ao longo de 2019, a Companhia realizou parada programada de manutenção no Alto-Forno 1 em Ouro Branco-MG e nas aciarias elétricas (mini-mills) no Brasil, o que resultou em maiores custos de produção e menor diluição de custos fixos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução em 2019 em relação a 2018, reflexo dos contínuos esforços de simplificação e inovação digital que a Companhia tem realizado nos últimos anos, além dos desinvestimentos realizados, mantendo a relação de 3,6% com a receita líquida.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 4.047 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.184 milhões em 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, pela queda de 31,6% no lucro bruto.

Resultado Financeiro

No ano de 2019, quando comparado com 2018, o menor resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação do real frente ao dólar norte-americano de 4% em 2019, comparado com 17% em 2018), efeito que é parcialmente compensado na linha de "IR/CS - efeitos cambiais que incluem hedge de investimento líquido". A melhor performance do resultado financeiro também foi influenciada pelas menores despesas financeiras decorrentes da estratégia de redução de dívida da Companhia.

Lucro (prejuízo) Líquido

O lucro líquido consolidado ajustado pelos itens não recorrentes passou de R\$ 2.326,4 em 2018 para R\$ 1.216,9 em 2019, essa redução se deve, principalmente, em função do menor EBITDA ajustado.

Análise Demonstração dos Resultados - 2018 X 2017

Receita Líquida de Vendas

Em 2018, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 25,0% em relação a 2017, dado o aumento da receita líquida por tonelada vendida em todas as Operações de Negócios da Companhia (ONs: ON Brasil, ON América do Norte, ON América do Sul e ON Aços Especiais), influenciado pelos maiores preços internacionais.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2018, o custo das vendas apresentou um aumento de 20,1% em relação a 2017, dado o aumento do custo por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelo aumento de insumos em geral. Em termos consolidados, na comparação do ano de 2018 com 2017, o lucro bruto e a margem bruta apresentaram aumento em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado o crescimento do custo das vendas por tonelada vendida.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas se mantiverem em linha em 2018 em relação a 2017, reflexo dos contínuos esforços de simplificação e inovação digital que a Companhia tem tido nos últimos anos, representando 3,6% da receita líquida em 2018, o melhor percentual histórico da Companhia.

Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 1.100 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.047 milhões em 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, pela melhora de 70,6% no lucro bruto, além de não haver perdas em relação a não recuperabilidade de ativos no ano de 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$ 1.143,3 milhões negativos em 2017 para R\$ 1.889,8 milhões também negativos em 2018. O maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norteamericano (depreciação do real frente ao dólar médio norte-americano de 15% nos períodos comparados), efeito que é parcialmente compensado na linha de "IR/CS - efeitos cambiais que

incluem hedge de investimento líquido". O resultado financeiro também foi impactado pelos custos incorridos com a recompra de bonds em 2018, demonstrado na linha de itens não recorrentes para a composição do lucro líquido consolidado ajustado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou positiva em R\$ 168,9 milhões em 2018 comparada a R\$ 295,4 milhões negativos em 2017. Essa reversão foi decorrente, principalmente, das alíquotas de imposto de renda em algumas empresas no exterior.

Lucro (prejuízo) Líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 338,7 milhões em 2017 para lucro líquido de R\$ 2.326,4 milhões em 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, pela melhora do lucro operacional de 2018 comparado com 2017.

Fluxo de Caixa - Consolidado

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findos em				
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (Prejuizo) liquido do exercício	1.216.887	2.326.382	(338.667)	-47,7%	-786,9%
Ajustes para reconciliar o lucro liquido ao fluxo de caixa das	1.210.007	2.320.302	(350.007)	-17,770	-700,570
atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	2.074.295	1.891.814	2.092.551	9,6%	-9.6%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-	1.114.807	-,	-100,0%
Equivalência patrimonial	17.050	(10.141)	34.597	-268,1%	-129,3%
Variação cambial, liquida	247.555	322.621	4.057	-23,3%	7852,2%
(Ganhos) Perdas com instrumentos financeiros, líquido	15.118	(32.092)	9.441	-147,1%	-439,9%
Beneficios pós-emprego	165.487	189.603	192.724	-12,7%	-1,6%
Planos de incentivos de longo prazo	43.895	41.186	35.576	6,6%	15,8%
Imposto de renda e contribuição social	457.833	(168.951)	295.391	-371,0%	-157,2%
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado	2.129	(41.109)	(69.510)	-105,2%	-40,9%
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em	-	414.507	721.682	-100,0%	-42,6%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	21.044	9.914	18.342	112,3%	-45,9%
Provisão (Reversão) de passivos tributários, cíveis e trabalhistas, líquido	38.417	(56.409)	(110.281)	-168,1%	-48,8%
Recuperação de créditos tributários	(402.499)		(929.711)		-100,0%
Receita de juros de aplicações financeiras	(72.784)	(49.745)	(75.387)	46,3%	-34,0%
Despesa de juros sobre dividas financeiras	938.120	1.177.686	1.323.448	-20,3%	-11,0%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	-	-	(369.819)		-100,0%
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	(4.767)	(545)	(95)	774,7%	473,7%
(Reversão) Provisão de ajuste ao valor liquido realizável de estoque, líquido	24.665	8.228	(20.195)	199,8%	-140,7%
	4.782.445	6.022.949	3.928.951	-20,6%	53,3%
Variação de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber	656.831	71.631	(54.690)	817,0%	-231,0%
Redução (Aumento) de estoques	1.556.713	(2.427.473)	(1.269.455)	-164,1%	91,2%
(Redução) Aumento de contas a pagar	(642.699)	900.388	800.164	-171,4%	12,5%
(Aumento) Redução de outros ativos	146.825	(118.988)	(371.745)	-223,4%	-68,0%
Redução de outros passivos	(462.906)	(1.160.626)	(56.909)	-60,1%	1939,4%
Parcela de ajuste a valor presente sobre arrendamento mercantil	(83.620)	-	-		
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio	44.037	55.357	40.644	-20,4%	36,2%
Aplicações financeiras de títulos para negociação	(3.676.744)	(1.512.123)	(2.390.104)	143,2%	-36,7%
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação	521.616	1.629.595	2.905.411	-68,0%	-43,9%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.842.498	3.460.710	3.532.267	-17,9%	-2,0%
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(945.027)	(1.162.364)	(1.330.116)	-18,7%	-12,6%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(254.679)	(298.663)	(126.023)	-14,7%	137,0%
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	1.642.792	1.999.683	2.076.128	-17,8%	-3,7%
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado	(1.746.600)	(1.194.934)	(873.329)	46,2%	36,8%
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis	21.805	4.021.251	554.457	-99,5%	625,3%
Adições de outros ativos intangiveis	(100.313)	(67.388)	(37.939)	48,9%	77,6%
Adiantamento para futuro investimento em participação societária					
em entidade contabilizada pelo método de equvalência patrimonial	(94.687)	(375.456)	-	-74,8%	
Redução de capital de empresa com controle compartilhado	20.344	-	-		
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado			(178.670)		-100,0%
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	(1.899.451)	2.383.473	(535.481)	-179,7%	-545,1%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Compras de ações em tesouraria	-	(243.396)	-	-100,0%	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(484.173)	(599.099)	(86.386)	-19,2%	593,5%
Empréstimos e financiamentos obtidos	5.585.573	2.560.789	3.265.860	118,1%	-21,6%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.885.083)	(6.000.433)	(7.241.401)	-18,6%	-17,1%
Pagamento de arrendamento mecantil	(161.824)				
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	(64.089)	25.755	5.797	-348,8%	344,3%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(9.596)	(4.256.384)	(4.056.130)	-99,8%	4,9%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	17.763	208.034	7.438	-91,5%	2696,9%
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(248.492)	334.806	(2.508.045)	-174,2%	-113,3%
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	2.890.144	2.555.338	5.063.383	13,1%	-49,5%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.641.652	2.890.144	2.555.338	-8,6%	13,1%

Análise Fluxo de Caixa - 2019 X 2018 X 2017

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.641,7 milhões, R\$ 2.890,1 milhões e R\$ 2.555,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R\$ 1.642,8 milhões, R\$ 1.999,7 milhões e R\$ 2.076,1 milhões, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 respectivamente.

Em 2019, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 17,8% em comparação a 2018, substancialmente pelo maior direcionamento do caixa para aplicações financeiras de títulos para negociação. No capital de giro, o líquido entre a redução de R\$ 656,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 1.556,7 milhões em estoques e a redução de R\$ 642,7 milhões em contas a pagar, impactou positivamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 1.570,8 milhões em 2019.

Em 2018, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 3,7% em comparação a 2017, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2018, maior que o consumo no ano de 2017. No capital de giro, o líquido entre a redução de R\$ 71,6 milhões em clientes, o aumento de R\$ 2.427,5 milhões em estoques e o aumento de R\$ 900,4 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 1.455,5 milhões em 2018. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 1.455,5 milhões no caixa operacional da Companhia em 2018 foi o aumento dos estoques, principalmente nas ONs Brasil, América do Norte e Aços Especiais e dos maiores custos de matérias-primas.

Em 2017, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 41,0% em comparação a 2016, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2017, comparado a uma liberação no ano de 2016. No capital de giro, o líquido entre o aumento de R\$ 54,7 milhões em clientes, o aumento de R\$ 1.269,5 milhões em estoques e o aumento de R\$ 800,2 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 524,0 milhões em 2017. Em 2016, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 969,8 milhões, redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 524,0 milhões no caixa operacional da Companhia em 2017 foi o aumento dos estoques em todas as Operações de Negócio, principalmente na ON Brasil, em função da maior produção no período e dos maiores custos de matérias-primas.

Ciclo Financeiro

Em 2019, como resultado da redução do capital de giro1 (-20,4%), comparado com a redução da receita líquida (-14,1%) nos últimos três meses de 2019 em relação aos últimos três meses de 2018, o ciclo financeiro² reduziu de 72 dias em 2018 para 62 dias em 2019 (de 31 dias de contas a receber de clientes em 2018 para 25 dias em 2019, 88 dias de estoques em 2018 para 72 em 2019 e de 37 dias de fornecedores em 2018 para 36 dias em 2019).

Em 2018, como resultado da redução do capital de giro(-23,6%), comparado com a redução da receita líquida (-19,5%) nos últimos três meses de 2018 em relação aos últimos três meses de 2017, o ciclo financeiro aumentou 70 dias em 2017 para 72 dias em 2018 (de 34 dias de contas a receber de clientes em 2017 para 28 dias em 2018, 69 dias de estoques em 2017 para 80 em 2018 e de 33 dias de fornecedores em 2017 para 36 dias em 2018).

Em 2017, como resultado do aumento do capital de giro (+6,3%), comparado com aumento da receita líquida (+13,9%) nos últimos três meses de 2017 em relação aos últimos três meses de 2016, o ciclo financeiro reduziu de 75 dias em 2016 para 70 dias em 2017 (de 37 dias de contas a receber de clientes em 2016 para 34 dias em 2017, 66 dias de estoques em 2016 para 69 em 2017 e de 29 dias de fornecedores em 2016 para 33 dias em 2017).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento passou de R\$ 2.383,5 milhões positivos em 2018 para R\$ 1.899,5 negativos em 2019, impactado por maiores adições ao imobilizado (impactado pela parada programada do Alto-forno 1, de Ouro Branco-MG) e por em 2018 termos recebido mais de R\$ 4.021,2 milhões pela alienação de investimentos - relativos à venda do ativo de fio-máquina em Beaumont, Estados Unidos, da operação América do Norte, à venda da unidade no Chile, da operação América do Sul, à venda das usinas hidrelétricas Caçu

¹ Capital de giro: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).

² Ciclo financeiro: capital de giro, dividido pela receita líquida (nos últimos três meses), multiplicado por 90.

e Barra dos Coqueiros, em Goiás, Brasil, à venda da unidade na Índia, da operação Aços Especiais e dos ativos de vergalhão nos Estados Unidos, da operação América do Norte.

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento passou de R\$ 535,5 milhões negativos em 2017 para R\$ 2.383,5 positivos em 2018, pelo recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda do ativo de fio-máquina em Beaumont, Estados Unidos, da operação América do Norte, à venda da unidade no Chile, da operação América do Sul, à venda das usinas hidrelétricas Caçu e Barra dos Coqueiros, em Goiás, Brasil, à venda da unidade na Índia, da operação Aços Especiais e dos ativos de vergalhão nos Estados Unidos, da operação América do Norte.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 4.256,4 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2018 para uma aplicação de R\$ 9,5 milhões em 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2018 houve redução do saldo de empréstimos e financiamentos em R\$ 3.439,6 milhões e, em 2019, houve acréscimo de R\$ 700,5 milhões. Adicionalmente, em 2018 houve maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio - no valor de R\$ 599,1 milhões, e recompra de ações, no valor de R\$ 243,4 milhões.

O caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 4.056,1 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2017 para uma aplicação de R\$ 4.256,4 milhões em 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2018 houve maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 599,1 milhões, além da compra de ações em tesouraria no valor de R\$ 243,4 milhões.

PÁGINA: 32 de 55

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Resultados das operações do emissor:

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber:

- **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil;
- ON América do Norte (Operação de Negócio América do Norte) inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além da empresa de controle conjunto e a empresa coligada, ambas no México;
- ON América do Sul (Operação de Negócio América do Sul) inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além da empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia;
- ON Aços Especiais (Operação de Negócio Aços Especiais) inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos.
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receit

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Vendas

Em termos consolidados, as vendas de aço no ano de 2019 apresentaram redução em relação ao ano de 2018, em função principalmente da desconsolidação de ativos decorrente dos desinvestimentos da Companhia.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2019 apresentaram leve alta em relação a 2018, devido às maiores exportações. Por outro lado, é válido destacar o crescimento das vendas de aços planos no mercado interno, com destaque para a maior penetração nos setores de óleo, gás e eólico.

Na Operação de Negócio América do Norte, a queda vendas de aço em 2019, comparadas com 2018, ocorreram, principalmente, pela desconsolidação das operações de fiomáquina a partir de abril de 2018 e das operações de vergalhões a partir de novembro de 2018, nos Estados Unidos. Desconsiderando esses efeitos, as vendas ficaram relativamente estáveis, confirmando a visão de um mercado ainda aquecido na construção civil e indústria.

Na Operação de Negócio América do Sul, as vendas de aço no ano de 2019 apresentaram redução em relação ao ano de 2018, devido, principalmente, à desconsolidação da operação no Chile. Excluindo esse efeito, a produção de aço bruto e as vendas de aço apresentaram relativa estabilidade.

Na Operação de Negócio Aços Especiais as vendas, em 2019, apresentaram redução em relação a 2018, em função da desconsolidação da operação na Índia, arrefecimento do setor de óleo e gás nos Estados Unidos e menor demanda de veículos exportados do Brasil para a Argentina. Além disso, o setor automotivo brasileiro vivenciou um processo de desestocagem no final do ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Vendas consolidadas ¹	Exercício	Exercício	Variação
(1.000 toneladas)	de 2019	de 2018	2019/2018
Brasil	5.609	5.535	1,3%
Mercado Interno	3.959	3.951	0,2%
Exportações	1.650	1.585	4,1%
América do Norte	4.275	6.085	-29,7%
América do Sul	1.059	1.307	-19,0%
Aços Especiais	1.586	2.111	-24,9%
Eliminações e ajustes	(439)	(477)	-8,0%
Total	12.090	14.561	-17,0%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada apresentou queda em 2019 em relação a 2018, em virtude dos desinvestimentos, principalmente, nas ONs América do Norte e Aços Especiais.

No segmento de negócios Brasil, o aumento da receita líquida em 2019 em relação a 2018 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida, no mercado interno, suavizada pelos menores preços internacionais provenientes das exportações.

No Segmento de Negócios América do Norte, a receita líquida apresentou redução em 2019 em relação a 2018, principalmente, devido aos desinvestimentos dos ativos de vergalhão e fio-máquina nos Estados Unidos.

No Segmento de Negócios América do Sul, a queda da receita líquida em 2019 em relação a 2018 ocorreu em função da desconsolidação da operação no Chile.

No segmento de negócio Aços Especiais, a receita líquida, em 2019, apresentou redução em relação a 2018, pelos menores volumes vendidos, parcialmente compensados por uma maior receita líquida por tonelada vendida.

Receita líquida ¹	Exercício		,
(R\$ milhões)	de 2019	de 2018	2019/2018
Brasil ²	16.122	15.745	2,4%
Mercado Interno	12.912	12.320	4,8%
Exportações	3.210	3.425	-6,3%
América do Norte	14.656	19.927	-26,5%
América do Sul	3.259	3.801	-14,3%
Aços Especiais	6.702	8.159	-17,9%
Eliminações e ajustes	(1.095)	(1.473)	-
Total	39.644	46.159	-14,1%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Custo das Vendas e Margem Bruta

Em 2019, O custo das vendas apresentou redução em relação a 2018, inferior à queda nos volumes das vendas em virtude do maior custo por tonelada nas ONs Aços Especiais e Brasil.

No Segmento de Negócios Brasil, o custo das vendas aumentou 10,1% em 2019 em relação a 2018, em função dos impactos da reforma do Alto-Forno 1 em Ouro Branco – MG, das paradas de manutenção das mini-mills e dos maiores custos de minério de ferro e carvão no período. A queda da margem bruta em 2019 em relação a 2018, ocorreu em função do custo por tonelada vendida ter subido 9%, comparado com uma estabilidade da receita líquida por tonelada vendida.

No Segmento de Negócios América do Norte, o custo de vendas caiu 26,5% em 2019 em relação a 2018, principalmente, devido aos desinvestimentos mencionados. O lucro bruto apresentou queda em linha com o comportamento da receita, sendo que a margem bruta ficou estável em virtude da manutenção do spread metálico, considerando o novo portfólio dessa operação: barras comerciais e perfis estruturais.

² Inclui receita líquida de minério de ferro .

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No Segmento de Negócios América do Sul, o custo de vendas diminuiu 14,5% em 2019 em comparação a 2018 devido à desconsolidação da operação no Chile. O lucro bruto apresentou redução principalmente pela desconsolidação mencionada. A margem bruta apresentou estabilidade em 2019, comparado com 2018, em virtude do aumento da receita líquida por tonelada vendida ter sido em linha ao do custo por tonelada vendida.

No segmento de Aços Especiais, a queda de 12,7% no custo dos produtos vendidos em 2019 em relação a 2018 é explicado pelos menores volumes vendidos. Por outro lado, o forte aumento do custo por tonelada vendida, principalmente pela menor taxa de utilização da produção, que atingiu níveis inferiores a 50%, impactou o lucro bruto e a margem bruta dessa operação. Além disso, nos EUA a frequente redução dos preços de aço, acompanhando o comportamento da sucata, ocasionou a compressão de margens.

Receita, custo e mar	gem	Exercício de 2019	Exercício de 2018	Variação 2019/2018
Brasil	Receita líquida (R\$ milhões)	16.122	15.745	2,4%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(14.363)	(13.044)	10,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.759	2.701	-34,9%
	Margem bruta (%)	10,9%	17,2%	
América do Norte	Receita líquida (R\$ milhões)	14.656	19.927	-26,5%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(13.351)	(18.165)	-26,5%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.305	1.763	-26,0%
	Margem bruta (%)	8,9%	8,8%	
América Latina	Receita líquida (R\$ milhões)	3.259	3.801	-14,3%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(2.762)	(3.231)	-14,5%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	497	570	-12,8%
	Margem bruta (%)	15,3%	15,0%	
Aços Especiais	Receita líquida (R\$ milhões)	6.702	8.159	-17,9%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(6.168)	(7.065)	-12,7%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	534	1.094	-51,2%
	Margem bruta (%)	8,0%	13,4%	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R\$ milhões)	(1.095)	(1.473)	
	Custo das vendas (R\$ milhões)	1.203	1.495	
	Lucro bruto (R\$ milhões)	108	22	
Consolidado	Receita líquida (R\$ milhões)	39.644	46.159	-14,1%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(35.441)	(40.010)	-11,4%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	4.203	6.149	-31,6%
	Margem bruta (%)	10,6%	13,3%	

EBITDA

O EBITDA ajustado de 2019 apresentou queda em relação a 2018, com comportamento semelhante ao do lucro bruto. A margem EBITDA de 2019, por sua vez, ficou estável quando comparada com 2018, uma vez que estão expurgados os efeitos de itens não recorrentes: impacto das paradas programadas de manutenção no Alto-Forno 1 em Ouro Branco-MG e nas aciarias elétricas (mini-mills) (- R\$ 369 milhões), líquido de reversões/provisões tributárias em 2019 (+ R\$ 250 milhões).

Na Operação de Negócio Brasil, o EBITDA e a margem EBITDA, em 2019, quando comparados com 2018, apresentaram comportamento semelhante à queda do lucro bruto e da margem bruta, suavizados ao expurgar os efeitos de itens não recorrentes: impactos da reforma do Alto-Forno da Usina de Ouro Branco-MG e das paradas das aciarias elétricas (mini-mills) (- R\$ 369 milhões), líquido de reversões/provisões tributárias em 2019 (+ R\$ 250 milhões)

Na Operação de Negócio América do Norte a queda do EBITDA mais suave que a queda do lucro bruto ocorreu por uma significativa melhora do SG&A, contribuindo inclusive para o aumento da margem EBITDA, sendo essa a melhor margem desde 2011.

Na Operação de Negócio América do Sul, o EBITDA de 2019 ficou estável em relação a 2018. A margem EBITDA, por sua vez, apresentou melhora em função da desconsolidação já mencionada.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o EBITDA e a margem EBITDA, por sua vez, apresentaram comportamento semelhante à queda da margem bruta, em relação a 2018.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹		Exercício de 2019	Exercício de 2018	Variação 2019/2018
Brasil	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	2.639	3.032	-13,0%
	Margem EBITDA ajustada (%)	16,4%	19,3%	
América do Norte	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.569	1.787	-12,2%
	Margem EBITDA ajustada (%)	10,7%	9,0%	
América do Sul	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	673	679	-0,9%
	Margem EBITDA ajustada (%)	20,7%	17,9%	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	799	1.299	-38,5%
	Margem EBITDA ajustada (%)	11,9%	15,9%	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R\$ milhões)		(140)	
Consolidado	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	5.712	6.657	-14,2%
	Margem EBITDA ajustada (%)	14,4%	14,4%	

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2018, o custo das vendas apresentou aumento em relação a 2017, dado o aumento do custo por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelo aumento de insumos em geral.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2018 quando comparado com 2017, apresentou aumento de 18,6%, em função dos maiores custos de insumos em geral (custo de metálicos representava 29,6% do custo de produção em 2017 e passou para 33,4% em 2018). O aumento da margem bruta de 2017 para 2018 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida (+27,0) ter mais que superado os maiores custos por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2018 foi 22,5% superior na comparação com 2017, em função dos maiores custos de insumos em geral (custo de metálicos representava 43,4% do custo de produção em 2017 e passou para 44,4% em 2018). A melhora da margem bruta ocorreu pela melhora do spread metálico no período, suportado por um crescimento econômico favorável para os setores de construção e indústria.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2018 em relação a 2017 apresentou uma redução de 8,3% devido, principalmente, à desconsolidação das operações da Colômbia e do Chile. A margem bruta apresentou aumento em 2018, comparado com 2017, em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter sido superior ao do custo por tonelada vendida, influenciada pelos maiores preços internacionais.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento de 33,3% no custo das vendas em 2018 em relação a 2017 justificado pelo aumento de insumos em geral, principalmente eletrodos, sucata e ligas metálicas (custo de materiais específicos representava 9,9% do custo de produção em 2017 e passou para 13,0% em 2018). A margem bruta apresentou redução em 2018 quando comparado com 2017, em virtude do aumento dos custos por tonelada vendida ter sido superior ao aumento da receita líquida por tonelada vendida, devido aos efeitos adversos na segunda metade do ano de 2018, dado a redução da atividade econômica na Argentina com impactos no setor automotivo brasileiro, importante cliente da ON Aços Especiais no Brasil, assim como a pressão de custos, aumentos conjunturais nos preços da sucata de maior qualidade e dos eletrodos, importantes componentes do custo dessa ON.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Receita, custo e margem		Exercício	Exercício	Variação
Receita, custo e mai	gem	de 2018	de 2017	2018/2017
Brasil	Receita líquida (R\$ milhões)	15.745	12.563	25,3%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(13.044)	(10.996)	18,6%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	2.701	1.566	72,5%
	Margem bruta (%)	17,2%	12,5%	
América do Norte	Receita líquida (R\$ milhões)	19.927	15.433	29,1%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(18.165)	(14.824)	22,5%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.763	610	189,0%
	Margem bruta (%)	8,8%	4,0%	
América Latina	Receita líquida (R\$ milhões)	3.801	4.026	-5,6%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(3.231)	(3.523)	-8,3%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	570	502	13,5%
	Margem bruta (%)	15,0%	12,5%	
Aços Especiais	Receita líquida (R\$ milhões)	8.159	6.229	31,0%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(7.065)	(5.301)	33,3%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.094	927	18,0%
	Margem bruta (%)	13,4%	14,9%	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R\$ milhões)	(1.473)	(1.333)	
	Custo das vendas (R\$ milhões)	1.495	1.332	
	Lucro bruto (R\$ milhões)	22	(1)	
Consolidado	Receita líquida (R\$ milhões)	46.159	36.918	25,0%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(40.010)	(33.313)	20,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	6.149	3.605	70,6%
	Margem bruta (%)	13,3%	9,8%	

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado apresentou aumento no ano de 2018 (+54,1%), se comparado com o ano de 2017, em virtude do maior lucro bruto (+70,6%), em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado o crescimento do custo das vendas por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 44,6% do EBITDA consolidado ajustado de 2018, o EBITDA apresentou um aumento (+57,5%), semelhante à evolução do lucro bruto (+72,5%) e da margem bruta, com destaque para a melhor rentabilidade das exportações em 2018.

Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 26,3% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento no EBITDA (124,2%) e na margem EBITDA ajustados no exercício foi similar ao crescimento do lucro bruto (189,0%) e da margem bruta no mesmo período comparado, sendo o melhor EBITDA e margem EBITDA dos últimos 10 anos.

Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 10,0% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, O EBITDA (+19,8%) e a margem EBITDA apresentaram comportamento semelhante ao do lucro bruto (+13,5%) e da margem bruta, além da desconsolidação da Colômbia e do Chile, em linha com a estratégia de desinvestimentos da Companhia, em focar nos ativos de maior rentabilidade.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 19,1% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento do EBITDA (+14,0%) e queda da margem EBITDA ajustados de 2018 em relação a 2017 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹		Exercício de 2018	Exercício de 2017	Variação 2017/2016
Brasil	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	3.032	1.925	57,5%
	Margem EBITDA ajustada (%)	19,3%	15,3%	
América do Norte	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.787	797	124,2%
	Margem EBITDA ajustada (%)	9,0%	5,2%	
América do Sul	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	679	567	19,8%
	Margem EBITDA ajustada (%)	17,9%	14,1%	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.299	1.139	14,0%
	Margem EBITDA ajustada (%)	15,9%	18,3%	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	(140)	(107)	
Consolidado	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	6.657	4.321	54,1%
	Margem EBITDA ajustada (%)	14,4%	11,7%	

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o real, moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Em 2019, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 39.644 milhões, uma queda de 14,1% em relação à 2018, em virtude dos desinvestimentos nas ONs América do Norte e Aços Especiais.

Em 2018, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 46.159 milhões, um aumento de 25,0% em relação à 2017, dado o aumento da receita líquida por tonelada vendida (28,3%) em todas as ONs, influenciado pelos maiores preços internacionais.

Em 2017, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 36.918 milhões, uma redução de 2,0% em relação à 2016, em função dos menores volumes vendidos (-4,0%).

Demais impactos na receita líquida da Companhia, em função de alterações de preços e volumes, nos períodos analisados, estão descritos no item 10.2 letra A desta Formulário de Referência.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Os resultados e a posição financeira da Gerdau dependem em grande parte das condições econômicas do Brasil, em especial, (i) do crescimento econômico e seu impacto sobre a demanda por aço; (ii) do custo financeiro e da disponibilidade de crédito; e (iii) das taxas de câmbio entre o real e moedas estrangeiras.

Por muitos anos o Brasil enfrentou altas taxas de inflação, que deterioraram progressivamente o poder aquisitivo da grande maioria da população. Durante os períodos de alta inflação, o valor efetivo dos salários e remunerações tendem a cair porque a frequência e o volume dos reajustes geralmente não conseguem contrabalançar a taxa real de inflação.

Uma parcela das contas a receber, contas a pagar e dívida da Gerdau está expressa em outras moedas que não as respectivas moedas de apresentação de cada subsidiária. As subsidiárias operacionais brasileiras têm como moeda de apresentação o real. As subsidiárias brasileiras possuem alguns de seus ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, principalmente dólares.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

O efeito cambial da conversão de subsidiárias estrangeiras é contabilizado diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas cambiais das transações, incluindo os ganhos e perdas sobre alguma dívida não expressa em reais das subsidiárias brasileiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Entretanto, os ganhos e perdas cambiais decorrentes de dívidas contratadas para aquisição de investimentos no exterior estão designados como *hedge* de investimento líquido em subsidiárias estrangeiras, e também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As operações da Gerdau no Brasil possuem tanto ativos quanto passivos expressos em moeda estrangeira, com o montante dos ativos superando o de passivos. A valorização do real em relação a outras moedas (principalmente o dólar norte-americano) possui um efeito líquido positivo sobre nosso patrimônio líquido.

PÁGINA: 39 de 55

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional relevante.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A tabela abaixo apresenta as aquisições e alienações de participações societárias realizadas durante os três últimos exercícios sociais:

Aquisições e alienações do exercício	Participação Adquirida/Aliena da	País	Segmento de Negócio	Conclusão	Valor R\$ milhões	Sociedades Envolvidas
Integralização no capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A	58,73%	Brasil	Aços Especiais	Jan/17	184	Gerdau S.A., Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works Ltd.
Alienação de participação na Diaco S.A.	50,00%	Colômbia	América do Sul	Jun/17	546	Gerdau S.A. e Putney Capital Management
Alienação de usinas produtoras de fio-máquina	100,00%	Estados Unidos	América do Norte	Abr/18	331	Gerdau S.A. e Optimus Steel LLC
Alienação da participação no Chile	100,00%	Chile	América do Sul	Jun/18	594	Gerdau S.A. e Matco e Ingenieria e Inversiones
Alienação de duas usinas hidrelétricas	100,00%	Brasil	Brasil	Jul/18	835	Gerdau S.A. e Kinross Brasil Mineração
Constituição da Juntos Somos +	27,50%	Brasil	Brasil	Set/18	-	Gerdau S.A., Grupo Tigre e Votorantim Cimentos
Alienação de operação da Índia	100,00%	Índia	Aços Especiais	Out/18		Gerdau S.A., Blue Coral Investment Holdings Pte. Ltd e Mountainpeak Investment Holdings Ltd
Alienação de ativos nos Estados Unidos	100,00%	Estados Unidos	América do Norte	Nov/18	2.223	Gerdau S.A. e Commercial Metals

Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Em 31/01/2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia.

Em 30/06/2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aços longos da Gerdau na Colômbia, com capacidade anual instalada de aço de 674 mil toneladas. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US\$ 165 milhões (equivalentes a R\$ 546 milhões). Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro em montantes de R\$ 226 milhões e R\$ 175 milhões, respectivamente. Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49.87%.

Em 08/01/2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 3 meses contados a partir da data de autorização, de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou American Depositary Receipts – ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação no mercado. As aquisições serão suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Em 17/01/2018 o programa de recompra de ações foi concluído.

Em abril de 2018, a Companhia concluiu a venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products para a Optimus Steel LLC por US\$ 99,5 milhões (equivalente a R\$ 330,7 milhões). A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em junho de 2018, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações da Aza Participações SpA e de suas subsidiárias, Gerdau AZA SA; Aceros Cox SA; Armacero - Matco SA; e Salomon Sack S.A., pela Gerdau Chile Inversiones Limitada - uma subsidiária indireta da Gerdau S.A. -, ao grupo de investidores chilenos formado pela Ingeniería e Inversiones Limitada; Inversiones Reyosan SpA; Los Andes S.A. de Inversiones, e da Matco Cables SpA, Esta venda incluiu três plantas de produção com capacidade instalada de 520.000 toneladas anuais de aços longos reciclados e sua rede de distribuição no Chile.

Em julho de 2018, a Companhia concluiu a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW.

Em setembro de 2018, a Companhia comunicou que foi aprovada, sem restrições, junto ao CADE, a criação de uma nova empresa para gerir e promover um programa de fidelidade para o mercado de varejo da construção civil no Brasil, o Juntos Somos +, juntamente com Votorantim Cimentos e Grupo Tigre. A iniciativa funciona como um programa de benefícios para as lojas e os respectivos vendedores, com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes finais e aos profissionais da obra. A Votorantim Cimentos, fundadora do programa em 2015, terá 45% de participação acionária, ao passo que Gerdau e Grupo Tigre terão 27,5% cada um.

Em outubro de 2018, a Companhia concluiu a venda de sua participação societária na Gerdau Hungria KFT Y CIA Sociedad Regular Colectiva, uma subsidiária da Companhia localizada na Espanha e detentora de 98,89% das ações da Gerdau Steel India Ltd. para Blue Coral Investment Holdings Pte. Ltd e Mountainpeak Investment Holdings Ltd. Esta venda compreende 100% das suas operações e ativos na Índia, incluindo a unidade industrial de aços especiais localizada em Tadipatri, com capacidade anual instalada de 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de aço laminado.

Em novembro de 2018, a Gerdau vendeu algumas de suas usinas produtoras de vergalhão assim como unidades de corte e dobra de aço e centro de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US\$ 600 milhões (R\$ 2,0 bilhões na data da venda). O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Florida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (California), Sayreville (New Jersey).

Em 26 de novembro de 2019, a Companhia, através da sua controlada Gerdau Aços Longos S.A., celebrou um acordo definitivo com a Hierros Añón, S.A. e Gallega de Mallas, S.L. para a aquisição de 96,35% das ações de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("SILAT"), localizada em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, por um valor econômico de US\$ 110,8 milhões, sujeito a ajustes habituais no valor da aquisição. A conclusão da transação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como à verificação de outras condições suspensivas usuais para o seu desfecho.

As demais operações constantes na tabela acima, não produziram efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

C. Eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2019, 2018 e 2017 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes, exceto pela adoção do IFRS 16 em 2019 e IFRS 09 e IFRS 15 em 2018. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2019, 2018 e 2017 a Companhia informa que não houveram alterações significativas de práticas contábeis, exceto pela adoção da norma IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil em 2019 e pelos IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e IFRS 09 – Instrumentos financeiros em 2018.

IFRS 16 - Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

IFRS 15 - O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o IAS 18 (CPC 30) - Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para a Companhia. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017 não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.

IFRS 9 - O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Ém relação a classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo. Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

seguintes categorias de mensuração: a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A mudança na classificação de caixas e equivalentes de caixa de empréstimos e recebíveis de acordo com o IAS39/CPC 38 para Ativos a valor justo por meio do resultado de acordo com o IFRS 9/CPC48 foi embasada no modelo de negócios da Companhia.

Em relação ao Impairment de Ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas, em geral, mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudanca em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes, onde a Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Com a entrada em vigor do IFRS 9/CPC 48, quando a entidade aplica pela primeira vez este pronunciamento, ela pode escolher se sua política contábil continua a aplicar os requisitos de contabilização de hedge do IAS39/CPC 38 em vez dos requisitos da IFRS 9/CPC 48. Neste sentido, a Companhia optou por continuar aplicando os requisitos do IAS 39/CPC 38.

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

10.5. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- provisões;
- combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos, e
- teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida.

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das

Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está suportada por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor justo:
- iii) Ganhos e perdas referentes a redução (*curtailment*) e liquidação (*settlement*) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Provisões

A Companhia reconhece provisões para passivos e perdas prováveis incorridas quando tem obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. Se o efeito do desconto a valor presente for material, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflita, conforme o caso, os riscos específicos do passivo.

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais

com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia significativas estimativas e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

d) Combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos

De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que exista uma probabilidade razoável de existir uma alteração material nas estimativas futuras ou premissas adotadas para completar o preço de compra alocado e a estimativa de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os valores reais não forem consistentes com as estimativas e premissas consideradas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma

melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado

individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Em 2019 e 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício de 2017 no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016. Com base neste evento, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2019 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% e 3% em dezembro de 2018 e 2017, respectivamente); b) Aços Especiais: 3% (3% e 3% em dezembro de 2018 e 2017, respectivamente); c) América do Sul: 3% (3% e 3% em dezembro de 2018 e 2017, respectivamente); e d) Brasil: 3% (3% e 3% em dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As

taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 10,00% (11,00% em dezembro de 2018 e 11,00% em dezembro de 2017); b) Aços Especiais: 10,50% (11,50% em dezembro de 2018 e 11,25% em dezembro de 2017); c) América do Sul: 14,25% (13,00% em dezembro de 2018 e 11,50% em dezembro de 2017); e d) Brasil: 11,25% (12,50% em dezembro de 2018 e 12,00% em dezembro de 2017).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.690 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.157 milhões em 2018 e abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões em 2017); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 521 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 730 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões em 2017); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.813 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.019 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 4.015 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.924 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões em 2017).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.884 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.474 milhões em 2018 e abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões em 2017), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.207 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.483 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões em 2017), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 414 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 593 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 2.810 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.048 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões em 2017).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.098 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.672 milhões em 2018 e abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões em 2017); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.369 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.645 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões em 2017); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 455 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 640 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.115 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.318 milhões em 2018 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões em 2017).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total

registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

- A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. Contratos de construção não terminada
- iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Gerdau S.A. e suas controladas ("A Companhia") não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras conforme a seguir:

A Companhia é avalista das empresas com controle conjunto Gerdau Metaldom Corp. e Gerdau Corsa SAPI de C.V. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 800 milhões (montante tomado de R\$ 241 milhões em 31/12/2019).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Corsa SAPI de C.V. em financiamentos de linha de crédito simples, no valor de até US\$ 435 milhões (montante tomado de R\$ 1.784 milhões em 31/12/2019).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até R\$ 130 milhões (montante tomado de R\$ 37 milhões em 31/12/2019).

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes decorrentes da operação descrita no item "10.6" deste Formulário de Referência que possam vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações contábeis da Gerdau S.A..

B. Natureza e o propósito da operação:

Avais para empréstimos tomados por empresa com controle compartilhado. Tais itens não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos de financiamento de empresa com controle compartilhado.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Vide item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

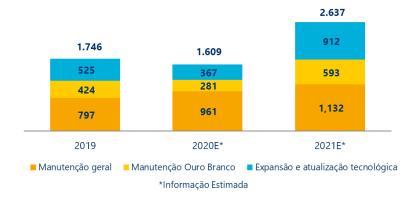
10.8. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTES TÓPICOS:

A. Investimentos, incluindo:

 i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Gerdau, como evolução do processo de governança da empresa, passa a divulgar seu plano de investimentos em CAPEX para os próximos três anos (2019-2021), totalizando R\$ 6 bilhões, sendo classificados em três categorias:

- Manutenção geral: com foco em ampliar a excelência operacional nos ativos existentes.
- Manutenção Ouro Branco (MG): série de iniciativas referentes à programada parada de modernização da usina em 2022. Em 2019, houve uma parada programada de 60 dias no alto-forno 1 da usina de Ouro Branco e, em 2020 e 2021, serão realizadas reformas graduais. No período, serão formados estoques estratégicos para o abastecimento regular dos nossos clientes.
- Expansão e atualização tecnológica: investimentos para aumento de capacidade instalada e atualização tecnológica em linhas de produtos com maior potencial de rentabilidade. Esses investimentos terão flexibilidade de execução, visto que serão realizados à medida que se confirmem as expectativas de evolução do mercado e de geração de fluxo de caixa livre para o período, sempre garantindo o cumprimento da nova política financeira da Gerdau, de manter a relação Dívida líquida/Ebitda entre 1 e 1,5x.



ii. Fontes de financiamento dos investimentos:

Por política de captação, a Gerdau procura financiar seus investimentos utilizando normalmente recursos de bancos locais de fomento de cada país onde opera e de bancos internacionais com o apoio de agências governamentais de crédito de exportação para fornecimento de equipamentos de outros países.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A administração da Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar suas capacidades de produção aos novos patamares de demanda nos mercados onde atua. Esse processo inclui, por vezes, a assessoria de bancos de investimentos e empresas especializadas na identificação e avaliação de tais oportunidades. Contudo, até o momento, não há previsão de desinvestimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

No exercício de 2019, o investimento em ativo imobilizado foi de R \$ 1,7 bilhão. Desse montante, 49% foram alocados para operações no Brasil e os 51% restantes foram alocados para operações nos outros países em que a Gerdau opera.

Segmento de Negócios no Brasil - foram investidos R \$ 851,2 milhões nesta operação para investimentos. O principal destaque foi a melhoria da produtividade, o aumento da vida útil das unidades e a reforma do alto-forno 1 em Ouro Branco - MG.

Segmento de negócios na América do Norte - este segmento de negócios gastou R \$ 409,7 milhões em investimentos de capital em ativos fixos distribuídos pelas unidades que compõem esse segmento de negócios. Esse valor foi gasto principalmente no aumento da vida útil das unidades de produção.

Segmento de negócios da América do Sul - em 2018, as unidades da América do Sul gastaram R \$ 61,0 milhões em investimentos em ativos fixos distribuídos entre os países em que as unidades desse segmento de negócios estão localizadas.

Segmento de Negócios de Aço Especial - as unidades de aço especial gastaram R \$ 419,9 milhões em investimentos de capital em ativos fixos, distribuídos pelas unidades que compõem esse segmento de negócios. Esse valor foi gasto principalmente no aumento da capacidade de nossas usinas em Monroe - Michigan e Pindamonhangaba - São Paulo.

Novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia não contempla no seu plano de investimento, valores destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas.

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens i, ii, iii e iv não se aplicam conforme indicado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:

A Gerdau apresenta suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Esse padrão determina que sejam realizados testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado de cada segmento.

No ano de 2019 a Companhia não foram registradas perdas pela não recuperabilidade de ativos. Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia realizados ao longo de 2017 e de 2016 identificaram perdas classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não recuperabilidade de	Exercício 2017			Exercício 2016			
ativos por operação de negócio	ON Brasil	ON América do	Consolidado	ON América do	ON América do	Consolidado	
(R\$ milhões)	0.1.2.0.0.	Norte	00110011111111	Norte	Sul	001100110000	
Ágio	-	850	850	2.679	-	2.679	
Imobilizado	45	220	265	100	139	239	
Total	45	1.070	1.115	2.779	139	2.918	

Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia (impairment), realizados ao longo de 2017, identificaram perdas de R\$ 1,1 bilhão, registradas como itens não recorrentes no resultado, porém sem representar efeito caixa para a Companhia. No exercício de 2017, a Companhia e suas controladas reverteram a provisão para contingência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituída desde 2009 até 2016. Essa reversão foi baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, e está amparada pelo posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia, de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF. Como resultado líquido desta reversão e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o período de três meses findo em 31/03/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 930 milhões na linha de "Reversão de passivos contingentes, líquidos" (resultado operacional) e R\$ 370 milhões na linha de "Reversão de atualização de passivos contingentes', líquido" (resultado financeiro) na sua demonstração dos resultados consolidados. O imposto de renda e contribuição social sobre essa reversão e outras provisões totalizou R\$ 442 milhões, sendo que o efeito líquido desses valores, que totalizou R\$ 858 milhões, foi considerado como item não recorrente no resultado consolidado da Companhia. A Gerdau enfatiza, contudo, que, existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro.